



**PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBOS**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**DECRETO Nº 02, DE 02 DE JANEIRO DE 2023**

Regulamenta o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para estabelecer o enquadramento dos bens de consumo nas categorias comum e de luxo no âmbito do Município de Pombos – PE.

O Prefeito Municipal de Pombos/PE, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais, e tendo em vista o disposto no art. 20 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021:

CONSIDERANDO que o gestor público deve pautar suas ações sempre visando o interesse da coletividade;

CONSIDERANDO que o gestor público deve utilizar de suas prerrogativas para realizar atividades públicas, afastando qualquer interesse pessoal;

CONSIDERANDO que a nova Lei de Licitações e contratos públicos, em seu artigo 20, § 1º requer a regulamentação das categorias de bens de luxo e bens comum;

CONSIDERANDO que a nova lei de licitações veda a aquisição, de artigos superiores as necessidades da Administração Pública, bem como a compra de supérfluos;

CONSIDERANDO que será considerado como excesso, tudo aquilo que vai além da necessidade pública;

CONSIDERANDO que a compra de artigos de luxo desnecessários ao cumprimento das finalidades coletivas, poderá configurar abuso de poder, na modalidade de desvio de finalidade;

CONSIDERANDO que as contratações públicas deverão ser regidas pelo princípio da economicidade e por isso, sendo proibida a aquisição ou contratações desnecessárias;

CONSIDERANDO por fim o princípio da moralidade administrativa;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBOS**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**DECRETA:**

**CAPÍTULO I**  
**DO OBJETO E ÂMBITO DE APLICAÇÃO**

**Art. 1º** O presente Decreto regulamenta os limites para o enquadramento dos bens de consumo nas categorias comum e luxo, nos termos do disposto no artigo 20, da Lei Federal nº. 14.133, de 01 de abril de 2021, para estabelecer a delimitação dos citados bens a serem adquiridos para suprir as demandas das estruturas da administração pública municipal.

§ 1º Este Decreto aplica-se às contratações realizadas com a utilização de recursos próprios ou do estado.

§ 2º Quando as contratações realizadas por esta administração tiverem recebido recursos oriundos de transferências voluntárias da União, o Decreto a ser utilizado como referência será o de nº 10.818, de 27 de setembro de 2021 de competência da esfera Federal

**CAPÍTULO II**  
**DAS DEFINIÇÕES**

**Art. 2º** Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

I- bem de luxo: bem de consumo com alta elasticidade-renda da demanda, identificável por meio de características tais como:

- a) ostentação: demonstração de pompa, luxo, esplendor, em atos públicos ou particulares;
- b) opulência: abundância de riqueza, requintada, luxuosa, esplendorosa;
- c) forte apelo estético: chamamento para o lindo, para o maravilhoso;
- d) requinte: excesso de refinamento, transbordamento de delicadeza;

II- bem de qualidade comum: bem de consumo com baixa ou moderada elasticidade-renda da demanda;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBOS**  
**GABINETE DO PREFEITO**

III- bem de consumo: todo material que atenda a, no mínimo, um dos seguintes critérios:

- a) durabilidade: em uso normal, perde ou reduz as suas condições de uso, no prazo de dois anos;
- b) fragilidade: facilmente quebradiço ou deformável, de modo irrecuperável ou com perda de sua identidade;
- c) perecibilidade: sujeito a modificações químicas ou físicas que levem à deterioração ou à perda de suas condições de uso com o decorrer do tempo;
- d) incorporabilidade: destinado à incorporação em outro bem, ainda que suas características originais sejam alteradas, de modo que sua retirada acarrete prejuízo à essência do bem principal; ou
- e) transformabilidade: adquirido para fins de utilização como matéria-prima ou matéria intermediária para a geração de outro bem; e

IV – elasticidade-renda da demanda: razão entre a variação percentual da quantidade demandada e a variação percentual da renda média, levando a classificação de bens normais, inferiores ou superiores.

**CAPÍTULO III**  
**DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS**

**Art. 3º** A administração municipal considerará no enquadramento do bem como de luxo, conforme conceituado no inciso I, do artigo anterior, as seguintes variáveis:

I – relatividade econômica - variáveis econômicas que incidem sobre o preço do bem, principalmente a facilidade ou a dificuldade logística de acesso ao bem;

II – relatividade temporal - mudança das variáveis mercadológicas do bem ao longo do tempo, em função de aspectos como:

- a) evolução tecnológica;
- b) tendências sociais;
- c) alterações de disponibilidade no mercado; e
- d) modificações no processo de suprimento logístico.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBOS**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**Art. 4º** Não será enquadrado como bem de luxo aquele que, mesmo considerado na definição do inciso I, do artigo 2º, do presente Decreto:

**I** – for adquirido a preço equivalente ou inferior ao preço do bem de qualidade comum de mesma natureza;

**II** – tenha as características superiores justificadas em face da estrita atividade do órgão ou da entidade.

**CAPÍTULO IV**

**DA VEDAÇÃO À AQUISIÇÃO DE ARTIGOS DE LUXO**

**Art. 5º** É vedada a aquisição de bens de consumo enquadrados como bens de luxo, nos termos deste Decreto, em atendimento ao disposto no artigo 20, da Lei Federal nº. 14.133, de 01 de abril de 2021.

**Art. 6º** As unidades de contratação dos órgãos e das entidades da administração pública municipal, em conjunto com as unidades técnicas, identificarão os bens de consumo de luxo, constantes das requisições de compras formalizadas pelos ordenadores de despesas.

Parágrafo único. Na hipótese de identificação de demandas por bens de consumo de luxo, nos termos do disposto no *caput*, do presente artigo, as requisições de compras retornarão aos setores requisitantes para supressão ou substituição dos bens demandados.

**CAPÍTULO V**

**DAS NORMAS COMPLEMENTARES**

**Art. 7º** A Secretária Municipal de Administração poderá editar normas complementares para a execução do disposto neste Decreto.

**Art. 8º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário.

**Art.9º** Registra-se, publique-se, revogam-se as disposições contrárias.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBOS**  
**GABINETE DO PREFEITO**

Gabinete do Prefeito de Pombos/PE, 02 de janeiro de 2023.

**MANOEL MARCOS ALVES FERREIRA**  
**PREFEITO**